



Usos políticos do passado e cultura histórica:
o nacionalismo do Sete de Setembro na revista *Veja*

IARA STEINER PERIN*

Reconhecer que a História não é apreendida apenas em sala de aula é o primeiro passo para um diálogo que se pretende bastante profícuo e que tem recebido maior atenção neste século XXI: a aproximação da história pública à Ciência Histórica. Simultaneamente a este reconhecimento, percebe-se que este é também um dos desafios a que a Didática da História tenta dar conta, o qual é investigar as diferentes formas narrativas expressas, por exemplo, através dos meios de comunicação de massa e a intervenção na consciência histórica que eles podem influenciar.

Este texto é uma tentativa, portanto, de apontar algumas possibilidades de estudo que a revista *Veja* apresenta através da representação e de discussões que faz do nacionalismo que envolve o Sete de Setembro. Para isso, a análise será centrada no que se pode chamar de “momentos-chave”¹, pois foram pano de fundo de importantes acontecimentos políticos que moldaram a relação com a história naquelas ocasiões: o primeiro se refere ao contexto dos “anos de chumbo” da ditadura e ao “milagre econômico”, aqui analisado com o ano de 1972, que foi também o ano das comemorações do Sesquicentenário da Independência; o segundo momento é o contexto da redemocratização, e o ano analisado é 1986.

Demonstração exemplar da manifestação da cultura histórica de uma sociedade são os momentos de comemoração e todo o simbolismo que trazem consigo, pois exteriorizam o uso de argumentos históricos para fins políticos, é ali que uma sociedade se encontra com seu passado e toma consciência de sua cidadania. A cultura história abrange todas as produções históricas compartilhadas por determinado grupo, seja para justificar, validar ou legitimar questões relacionadas à sua identidade. Por isso a veiculação de reportagens que abordavam, de alguma forma, o Sete de Setembro são analisadas aqui sob o viés da cultura política e da cultura histórica, pois entende-se que assim é possível observar como isso esteve envolvido na construção de um projeto político para país durante o período ditatorial, e sua posterior descontinuidade trazida pela redemocratização.

* Mestranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC, graduada em História pela mesma instituição. Bolsista do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação-PROMOP-UDESC.

¹ A definição destes anos como “momentos-chave” se dá com base em pesquisa já desenvolvida para a elaboração do Projeto de Mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, intitulado “A revista *Veja* comemora a Pátria: o nacionalismo e o Sete de Setembro (1969-1986)”.

Concebendo que a imprensa periódica “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2005, p.139), a revista *Veja* é tida como veículo privilegiado de comunicação de massas e que ocupa lugar de destaque na produção de uma memória pública, é instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. E as narrativas publicadas participam desse processo, pois possuem o caráter simbólico de detentoras da pretensão de verdade, e assim atuam inclusive na construção de projetos políticos coletivos.

As culturas políticas surgem em resposta a problemas enfrentados por determinadas sociedades e para os quais apresentam soluções, as quais são as normas e os valores que determinam a relação que esta sociedade estabelece com seu passado e seu futuro (BERSTEIN, 1998; 2009), assim, neste mesmo sentido, a maneira com que uma sociedade concebe e pratica a política é tão reveladora de si quanto sua relação com outros comportamentos coletivos (RÉMOND, 2003). Estas acepções dão espaço para situar a noção de cultura histórica que perpassará este texto, sendo que esta se refere a uma maneira particular de abordar interpretativamente o tempo, ou seja, é manifestação da consciência histórica na vida prática (RÜSEN, 1994), e como tal a cultura histórica de uma sociedade é também “multidimensional, como todas as outras culturas. Ela tem expressões morais, pedagógicas, políticas e retóricas; sua substância cognitiva é sempre o conhecimento do *wie es eigentlich gewesen* (como realmente aconteceu)” (RÜSEN, 2009, p.172).

De acordo com Jacques Le Goff (2003, p.47), a cultura histórica é a relação que uma sociedade mantém com o passado, no sentido de história. O próprio autor chama a atenção para o perigo reducionista que esta afirmação pode trazer, pois seria querer unificar uma realidade estruturada em classes culturalmente distintas, contudo, no caso específico de *Veja*, considera-se adequado adotar esta noção, tendo em mente a revista como produto de um grupo editorial e seus interesses políticos e econômicos. “A história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade histórica de uma época” (LE GOFF, 2003, p.48).

A disposição de Jacques Le Goff dá noção da abrangência heterogênea que a cultura histórica admite, e incluída nesta amplitude está a história pública, pois esta se refere aos diferentes meios de divulgação do conhecimento sobre o passado, como filmes, telenovelas, rádio, livros didáticos, mídia impressa, etc. Ou seja, ela “explora e apresenta o conhecimento

histórico – em uma variedade de formas – para além dos foros acadêmicos tradicionais” (ZAHAVI, 2011, p. 53).

Marta Carvalho (2003) fala que a interlocução entre a produção historiográfica e a História da Educação tem produzido um alargamento deste campo e a possibilidade de reconfiguração de seus objetos de investigação. Assim, “a questão dos usos diferenciados que são feitos de objetos ou de modelos culturais” (CARVALHO, 2003, p. 260) abre espaço para colocar a análise dos conteúdos de revistas como a *Veja* – apesar de não ser este um periódico necessariamente ligado à educação – em estudos sobre cultura escolar, uma vez que os conteúdos sobre o Sete de Setembro também tinham caráter pedagógico e influenciavam a formação da consciência histórica e pode ser objeto de estudo também da Didática da História.

A partir destas colocações, a ideia representada sobre o nacionalismo em um periódico impresso toma seu lugar, ao passo do entendimento de que as comemorações de momentos de glória agem como cimento de coesão nacional e seu estudo pode expressar a relação que uma sociedade mantém com seu passado, além de ser em ocasiões como essas que as pessoas tomam consciência da cidadania como tal. (HOBSBAWM, 1997). A revista *Veja* constitui em espaço pertinente para se perceber construções simbólicas que operam com o tempo de diferentes formas, pois, de acordo com Cristiani Bereta da Silva (2014) sua periodicidade semanal permite um espaço maior de tempo para elaborar narrativas próprias e que buscam atribuir sentido à realidade. Ainda nas ideias da historiadora, apesar de o tempo da narrativa jornalística ser fundamentalmente diferente do tempo da História, “seu uso funciona para dar a ler, conhecer e explicar diferentes temas. E, mais importante, seu uso funciona para legitimar determinada forma de conceber o mundo e partilhar projetos de futuro” (SILVA, 2014, p.23). Se esta maneira particular de abordar o tempo é manifestação da consciência histórica na vida prática (RÜSEN, 1994),

o recurso à noção de consciência histórica permite fundamentar filosoficamente a passagem da história acadêmica para a história pública. Trata-se de uma visão teórica que reconhece na condição humana o pressuposto histórico: pensamos e falamos historicamente, e esse é o modelo pelo qual nos posicionamos na cultura. (ALBIERI, 2011, p. 27).

É humano, portanto, necessitar se remeter ao passado, pois a memória não é natural. Segundo Pierre Nora (1993) os lugares de memória são decorrentes de um esforço feito a fim

de criar arquivos, celebrar festas e aniversários de maneira a não esquecer. Esta discussão permite pensar que a imprensa, especificamente a periódica, também é um meio de memória, pois contribui para fazer circular determinada visão sobre o passado.

“A publicação da Editora Abril situou-se no contexto da organização capitalista da cultura, como um produto cultural em sintonia com o projeto de modernização do Brasil através da implantação definitiva do capitalismo” (VILLALTA, 2002, p.12). Particularmente nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil observava a expansão em produção e consumo de bens culturais, e é nesta época que se consolidam os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação e da cultura popular de massa.

O Projeto Falcão, nome dado ao processo de fomento da revista, foi iniciado ainda em 1959, mas a renúncia do presidente Jânio Quadros (1961) e o golpe de 1964 fizeram com que o lançamento da revista aguardasse até 1968. Sabe-se que *Veja* passou por dificuldades financeiras devido à baixa saída das revistas nos seus primeiros anos no mercado, os quais, segundo Mino Carta declarou em entrevista à Daniella Villalta (2002), poderiam ser explicados por dois fatores: primeiro, o público poderia não estar acostumado com aquele formato de revista, com textos longos e poucas imagens; segundo, era um momento em que o mundo inteiro passava por inquietações, particularmente o Brasil passava pelo período mais hostil da ditadura, com o AI-5 e as censuras ao menor sinal de rebeldia. Então, nos primeiros anos da década de 1970, *Veja* encontrou sua fórmula jornalística de sucesso, alinhada com o sentimento patriótico que também a ditadura queria despertar, e encaminhou-se para ser eleita pela classe média brasileira como o arauto da intelectualidade, posto que perde dia após dia.

Para Carlos Fico (1997), os bons ventos que os acontecimentos desse período faziam soprar – os valores do PIB e da inflação estiveram entre os melhores números vistos na história do Brasil – despertavam um sentimento de esperança em sua pátria por parte da população brasileira, além de isso ser estimulado pelo governo através de festas e comemorações em que se exaltava o patriotismo.

Este incentivo foi desempenhado em ações da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada em 1968 e cujos principais objetivos eram passar a imagem de um Brasil próspero e o de despertar na população esta crença. O período de maior atuação desta entidade foi durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), justamente por causa do bom momento vivido pela economia, o que favorecia a criação de propagandas

positivas sobre o governo. Foram os “anos de ouro” para alguns, e os “anos de chumbo” para muitos outros.

Em pesquisa² elaborada anteriormente, notou-se que o semanário compartilhava um objetivo em comum com o projeto de futuro do regime ditatorial: a integração de um país continental – a ditadura por meio do incentivo às comemorações, e a revista por meio da notícia. Este objetivo era expresso principalmente no editorial da revista, chamado de “Carta ao leitor”, mas também em reportagens diversas que igualmente foram analisadas na referida pesquisa.

A proximidade entre as datas da independência política do Brasil (Sete de Setembro) e da primeira publicação da revista (11 de setembro) fazia com que a comemoração de ambas as datas saíssem no mesmo número, o que possibilitou perceber algo muito interessante para a pesquisa histórica envolvendo este periódico: quando dos aniversários de *Veja*, o editorial trazia uma reafirmação dos compromissos da revista perante seu público leitor. Isto foi observado na mesma pesquisa citada acima e, em palavras gerais, era o momento de compartilhar o balanço das conquistas feitas desde o ano de fundação da revista e os planos para o futuro. Isto podia ser lido em frases que afirmavam ser esta uma revista que buscava a verdade, ia atrás dos fatos e das provas, fazia descobertas e até previa o futuro.

Assim, “é como se a revista desse as justificativas para futuras pesquisas históricas”. Portanto, faz-se necessário admitir que pode ocorrer uma confusão entre os papéis que uma revista como a *Veja* assume na pesquisa histórica, pois é ao mesmo tempo fonte e objeto de análise. Pode ser fonte se suas reportagens forem tratadas como um meio que contou a história de um período, e pode assumir o papel de objeto quando o contexto de suas publicações também é levado em conta, por que ela foi criada e por que publicava determinados conteúdos, por exemplo.

Essas operações com os tempos também merecem importante atenção, pois aparecem em um momento no qual a importância dos meios de comunicação estava em ascensão no mercado de bens culturais e, assim, eles também são produtores da cultura histórica. Num

² Pesquisa elaborada para o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Nação e patriotismo na revista *Veja*: As comemorações do Sete de Setembro (1969-1973)”, apresentado na Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC em 06 de dezembro de 2013, sob orientação da Professora Dra. Cristiani Bereta da Silva, e também é resultado das pesquisas efetuadas para o Projeto “A invenção do futuro do Brasil: usos políticos do passado e gestão da memória nas páginas da revista *Veja* (1968-1990)”, do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, sob coordenação da mesma professora e vinculado ao Laboratório de Ensino de História- LEH/UDESC.

período em que o novo regime ainda buscava meios de se consolidar, os periódicos como a *Veja* dispunham de importante lugar em uma sociedade que precisava “integrar suas partes mais ‘atrasadas’ às mais ‘avançadas’, por uma questão de segurança, na visão dos militares, pela necessidade de modernização, como queriam os empresários” (MIRA, 1997, p.120). Uma sociedade na qual se falava em crescimento, em futuro próspero, mas que sentia necessidade de buscar suas raízes e fundamentar-se em um passado certificado pelo “incontestável” selo do tempo, no mesmo sentido da ideia de Rüsen (2009, p.172): “não há ordem política que não requeira legitimação histórica”...

1972

Se não há ordem política que não necessite de legitimação histórica, também não se governa sem história. Foram as palavras do general Médici em discurso pouco depois de ter assumido a presidência do Brasil, em 1969. Esta também é a última frase da reportagem na seção *Documento*, a qual ainda leva a capa da edição de 06 de setembro de 1972.

Em vinte páginas de reportagem (intercaladas com publicidades) intitulada “E ficou a Pátria Livre”, a revista dedica nove delas para contar a História do Brasil desde o início de 1500, “quando o mar Mediterrâneo ainda se permitia discretos ares de oceano”, até o discurso do presidente Médici, no qual afirma que “não se governa sem história” (*Veja*, 06/09/72, p.20, 40). Outras seis páginas contêm “imagens de cinco séculos de história”, e as seis restantes são de publicidade.

Na pesquisa elaborada para o trabalho citado anteriormente, observou-se que em apenas dois anos a *Veja* dedicou uma capa inteira para a matéria sobre o Sete de Setembro – a saber, 1971 e 1972. Frases de manchetes no geral e, sobretudo, a capa em revistas, têm efeito de “palavra-bala”, logo de antemão já provocam maior aceitação no leitor, já dão a entender do que o conteúdo se trata além, claro, de chamar atenção para a reportagem.

A capa desta edição traz um grande número 7 nas cores azul, amarelo e verde, ao lado da frase “Como se fez uma nação”. Antes de chegar lá, ainda a “Carta ao leitor”, escrita por Mino Carta, apresenta a intenção da revista com esta publicação:

A reportagem de capa desta edição é histórica, sem a pretensão de ficar para a História. Num laborioso trabalho de pesquisa, VEJA vasculhou no passado, do remoto ao próximo, (...) os indícios e depois as provas do nascimento de uma nação. (Veja, 06/09/72, p.19).

No período que coincide com o chamado “milagre econômico”, pode-se sugerir, de forma geral, que as publicações de *Veja* que abordam a História assumem a referência ao passado com conotação de explicação para o presente (SILVA, 2014). Como é o caso desta reportagem, a qual é uma verdadeira compilação de documentos, sabe-se que alguns até de difícil acesso nos dias de hoje, deixando transparecer, assim, a noção de História que a revista quer “ensinar”. Em nove páginas de longos textos, o que fica evidente é o senso comum da narrativa. Primeiro, porque a história de quase quinhentos anos é contada em apenas nove páginas, e com imagens! Também porque, ao ler a reportagem, percebe-se que os “grandes feitos” e os “grandes personagens” são valorizados, em detrimento de movimentos e participação populares, seja para questionar sua ausência ou mesmo para afirmá-los. Outro recurso utilizado é algo que também pode ser observado em livros didáticos de História, a apresentação de trechos do que seriam as falas dos próprios personagens da história ao lado de suas fotos, levando o leitor a ver que eles realmente existiram e, assim, dar mais confiabilidade ao texto.

Voltando às primeiras páginas, há um corte anunciado como “Nas seis páginas seguintes, imagens de cinco séculos de história...”. Há imagens de todo tipo: grandes, pequenas, coloridas e em preto e branco, ilustrações, fotos e pinturas. Mas é possível perceber certa preferência, em imagens grandes e (quase sempre) coloridas, pelos episódios que remetem à fundação da nação (Independência do Brasil) ou dos quais os cidadãos devam se orgulhar, como a carta escrita pelo rei dom Manuel contando sobre o “descobrimento do Brasil” aos reis da Espanha; a batalha dos Guararapes, que pôs fim aos 24 anos de ocupação holandesa em Pernambuco; o “grito do Ipiranga” proferido por dom Pedro I, que separou os reinos de Brasil e Portugal; a vitoriosa Guerra do Paraguai; o duque de Caxias; a carta de abolição da escravidão; Deodoro da Fonseca, o “construtor da República”; o marechal Cândido Rondon; o velório de Getúlio Vargas; a nova capital do Brasil, Brasília; e a posse de Castello Branco, primeiro presidente da “Revolução”, são alguns exemplos.

Em um primeiro momento, a ideia que se pode fazer de uma reportagem deste tipo é de que a revista simpatiza com alguns ideais do regime ditatorial, pelo menos é o que se percebe com a seleção feita da História. Contudo, mobilizando mais uma vez os conceitos que

balizam as análises neste texto, lembra-se da noção de cultura política de Serge Berstein (1998) como a chave para estudar a *Veja*, ao pensar nas motivações que levam determinados grupos a adotar este ou aquele comportamento político, ou seja, as publicações de *Veja* são vistas como escolhas e interesses do grupo editorial. Além disso, para Jörn Rüsen (2009, p.172), a consciência histórica se manifesta na cultura histórica, e esta inscreve as relações de poder nas “concepções de identidade dos atores políticos, nas construções e concepções do eu e do nós, através de narrativas mestras que respondem a questão da identidade”, configurando, assim, a dimensão política da cultura histórica.

Portanto, infere-se a partir disso, que o teor das publicações de *Veja*, pelo menos neste primeiro momento, como reverberação da cultura histórica partilhada pela sociedade. Por outro lado, não se deve esquecer que, pelo papel social e político que um periódico ocupa – principalmente naquele momento de crescimento da indústria cultural – os meios de comunicação também são produtores da cultura histórica, bem como podem contribuir para reforçar a ordem já existente.

Um motivo para este pensamento é a distinção que *Veja* dá às comemorações do Sete de Setembro e as narrativas sobre História que mobiliza neste período, em detrimento de outras datas também consideradas de grande importância para a nação, contribuindo para legitimar o regime imposto em 1964, pois “les commémorations peuvent aider les communautés religieuses ou politiques à définir, à préserver ou à durcir leur «identité» dans un contexte où celle-ci peut sembler menacée”³ (RAYNAUD, 1994, p.102).

Por outro lado, não se pode desconsiderar que uma grande parcela da população apoiou o golpe. Era uma parcela bastante heterogênea, na qual se encontravam também os que queriam uma intervenção brutal por parte dos militares para reorganizar a política e a economia do país. Brutal, porém rápida. Como é o caso da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que aconteceu na cidade de São Paulo em março de 1963.

Por isso que o regime autodenominado como “novo” buscou seus meios de angariar legitimidade – como já foi dito sobre a atuação da AERP – a qual é considerada atributo do Estado e versa sobre o consenso, em uma parcela significativa da população, assegurando a obediência antes que seja necessário o uso da força, “é por esta razão que todo poder busca

³ “As comemorações podem ajudar as comunidades religiosas ou políticas a definir, preservar ou fortalecer sua ‘identidade’ em um contexto no qual essa possa parecer ameaçada”. (Tradução livre da autora).

alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão.” (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1999, p.675).

Assim, a AERP encontrou nas comemorações do Sete de Setembro um dos meios ideais para incentivar o sentimento de nacionalismo, pois “parce que les commémorations sont des constructions volontaires, elles impliquent une mise en scène organisée, codifiée, qui vise la participation, voire l’enthousiasme de la population”⁴ (RAYNAUD, 1994, p.103), entusiasmo este que levaria ao consenso necessário para a legitimidade do regime.

Estas considerações remetem a um problema que a pesquisa em periódicos enfrenta, e para o qual é difícil apontar uma solução: a repercussão ou o alcance da notícia, ou seja, até que ponto pode-se reconhecer a apropriação do leitor sobre o que foi informado, pois o ato de vender não significa que o leitor comprou as ideias da revista. Uma sugestão é buscar pelo conceito de “efeito multiplicador” formador de opinião. Pensando através dele, os assuntos de maior importância na sociedade passam adiante através das próprias pessoas, assim como acontecia com as notícias do rádio, pois na década de 1970 a televisão estava ainda em processo de se estabelecer, mas que mais tarde criaria uma competição com os meios de comunicação impressos, obrigando-os a se reinventarem.

Contrariamente ao que parece ser a intenção da reportagem agora analisada, ao longo da década de 1970 ocorre o que se pode chamar de um “esfriamento” tanto na mobilização da História pela revista no sentido que foi tomado aqui, quanto nas comemorações do Sete de Setembro na sociedade em geral. Arrisca-se a apontar que a motivação para isso é a cultura política que o regime ditatorial não conseguiu estabelecer, pois já em 1974 começa a se falar sobre a abertura para a democracia. Além disso, o sentimento de nacionalismo ainda hoje não é muito forte entre os brasileiros, o que leva a concluir que os governos ditatoriais – assim como os outros que também tiveram esta iniciativa como projeto político – fracassaram ao quererem criar o Brasil Grande, e sua rejeição, óbvio, tem proporções enormes até os dias atuais. Neste sentido, voltar ao conceito de cultura política pode ajudar a compreender esta transição, pois ele permite estabelecer uma ponte entre os sistemas políticos e os aspectos culturais de uma sociedade. Então, conforme coloca Serge Berstein (1998), o fator coletivo (que compõe a cultura política juntamente com o fato individual) se faz útil ao possibilitar pensar a coesão de grupos em torno de uma cultura política, que os faz partilharem de uma

⁴ “Por serem as comemorações construções voluntárias, elas envolvem encenação organizada, codificada, que vise à participação e o entusiasmo do povo”. (Tradução livre da autora).

leitura comum do passado e de uma mesma perspectiva de futuro criando, para isso, símbolos que exprimem seus ideais. Naquele momento, os planos de futuro não eram mais os mesmos, apesar disso, o sentido atribuído à História pela revista *Veja* segue sendo o de exemplo, o que poderia esbarrar na vontade de esquecê-la ou, pelo menos, de “mudá-la de lugar”.

1986

Esta descontinuidade da participação da revista no projeto de futuro engendrado no período do governo militar ficará mais explícita com a análise da reportagem publicada em 10 de setembro de 1986. Com apenas duas páginas, a seção *Arquitetura* trazia os “Heróis esquecidos” no título e “O esquecimento da História no fim do mastro” em um quadro. Apesar de as circunstâncias políticas determinarem uma visão diferente do futuro do país naquele momento, a noção de História apresentada pela revista é fundamentalmente a mesma: serve de exemplo para o presente e para o futuro.

Adverte-se, mais uma vez, que a lida com a revista confunde o seu tratamento como objeto e como fonte de análise histórica. Pois não se vê uma possibilidade de abordá-la de maneira diferente do que analisando a história contada pela *Veja*, e a noção de História apresentada por ela.

A primeira reportagem fala sobre a inauguração, em Sete de Setembro daquele ano, do Panteão da Pátria e apresenta também uma crítica justamente à finalidade pela qual o monumento foi criado, como se lê no subtítulo: “Vistoso por fora, o Panteão da Pátria dá por dentro maior destaque à arte do que aos homenageados” (*Veja*, 10/09/86, p.120).

De acordo com informações apresentadas pela própria revista (*Veja*, 10/09/86, pp.120-121) e pelo site da Secretaria de Estado da Cultura do Distrito Federal⁵, o Panteão da Pátria foi idealizado por José Aparecido de Oliveira, governador do Distrito Federal, em 1985, após a comoção com a morte do primeiro presidente civil eleito após vinte e um anos de ditadura, Tancredo Neves. Foi desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, com a preocupação de estar em harmonia plástica com as outras edificações da Praça dos Três Poderes (Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional), e financiado pela Fundação Bradesco.

⁵ SECRETARIA de Estado de Cultura do Distrito Federal. **Panteão da Pátria**. Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/panteao-da-patria.html>>. Acesso: 01 dez. 2014.

O monumento foi pensado como uma homenagem à democracia restabelecida e, por isso, os homenageados teriam de ser personagens ligados a momentos de liberdade na História do Brasil. Some-se a esta ideia a noção de História como exemplo para o presente e para o futuro, e tem-se a crítica de *Veja*: composto também por um painel de Athos Bulcão, outro de João Câmara, e um vitral de Marianne Peretti,

internamente, o Panteão é um desastre arquitetônico, pois mais parece uma galeria de arte que um monumento em homenagem a vultos históricos. (...) Em meio a tanto espaço e arte, sobrou muito pouco para os homenageados: um livro de aço sobre um pequeno pedestal. As folhas do livro também serão de aço. (*Veja*, 10/09/86, p.121).

Quem escreveu a matéria se questiona do pouco espaço deixado para os heróis, mas se esqueceu de pensar que a criação de símbolos de identificação nacional não é arbitrária, não se dá no vazio social (CARVALHO, 1990). E aí um contraponto às tentativas por parte do Estado, desde pelo menos o início da República no Brasil, de tentar oferecer símbolos de identificação à população pode ser colocado. Ora, se não há participação popular nos momentos políticos, dificilmente haverá identificação nacional. Eis a questão que se coloca, de que o povo brasileiro só demonstra o sentimento de nacionalismo em momentos que é incentivado e os espaços social e político são favoráveis. Exemplo disso pode ser mesmo a descontinuidade que se quer constatar no compartilhamento de um projeto político de futuro para o Brasil entre a revista *Veja* e o regime militar.

Sem a censura habitual com qual *Veja* nasceu e conviveu até então, a revista até fala abertamente do arquiteto do Panteão e sua simpatia por ideais comunistas sem demonstrar críticas. Na esteira da crítica à composição do monumento, a reportagem lembra a mumificação de Lênin, que deixou impossivelmente mais explícito quem era o homenageado, e termina o texto dizendo que “Niemeyer poderia ter simpatizado com as ideias dos soviéticos. Ou, ao menos, ter planejado um lugar de destaque para os heróis no Panteão da Pátria. Preferiu o livro de aço” (*Veja*, 10/09/86, p.121). Isso dá a entender que “o comunista”, contando com a liberdade assegurada pela democracia, não atendeu às expectativas que a própria revista parecia ter, ele deu mais valor à arte do que aos heróis da pátria.

Uma colocação interessante pode-se fazer sobre os homenageados do Panteão. Apesar de não se saber em que momento eles foram incluídos no livro, a maioria dos nomes são os mesmos citados anteriormente na reportagem de 1972, em que *Veja* apresentou a história e

seus “personagens principais”. Por exemplo: Pedro I; Tiradentes; José Bonifácio; duque de Caxias e Deodoro da Fonseca, para citar alguns nomes⁶.

Os projetos de futuro não são mais acionados com tanta frequência como se via nos primeiros anos da década de 1970, o que pode ser explicado pelos momentos político e econômico também estarem em mudança, com a crise do petróleo em 1973 e uma indicação à possível redemocratização. Isto tudo implica na percepção de futuro em uma sociedade. Estes momentos eram fundamentalmente ainda mais distintos em 1986, quando a inflação em alta abalou o poder de compra da população e, logo, plantou a incerteza do futuro melhor do país que, além disso, estava reaprendendo a lidar com a democracia.

Ao término desta reportagem se encontra o quadro, de fundo azul, que traz a intenção do governador do Distrito Federal de realocar o mastro construído pelo general Médici em 1972, e apresenta duas pequenas fotos de como era a Praça dos Três Poderes naquele momento e como ficaria sem o mastro.

De acordo com o site da Secretaria de Estado da Cultura do Distrito Federal⁷, o mastro foi inaugurado em novembro de 1972, e é composto por 24 hastes metálicas que representam o número de estados da Federação existentes à época, e foi projetado com o pensamento de simbolizar a convergência e união entre as unidades federativas e os Três Poderes da República. Na base do mastro se encontram os dizeres: “Sob a guarda do povo brasileiro, nesta Praça dos Três Poderes, a bandeira, sempre no alto, visão permanente da Pátria”.

A ideia de retirá-lo de lá partia de dois argumentos que *Veja* expõe, mas que não parecem ser a opinião da revista, e sim o pensamento da sociedade em geral: “um de ordem estética e outro de natureza política. Há quem considere feio, ou desproporcional em relação à praça o mastro projetado por Sergio Fernandes, em 1972, e assim justifique sua transferência” (*Veja*, 10/09/86, p.121). A intenção do governador era, então, transferi-lo para o Parque da Cidade, na Asa Sul de Brasília.

Se a cultura política se permite adaptar à complexidade dos comportamentos humanos (BERSTEIN, 1998), ela também pode ser aqui uma chave para entender os motivos que levam a querer “apagar” ou “esconder” a História. Esta questão é apresentada pela própria revista, que dá exemplos de outros momentos históricos de conflitos de poder em que a

⁶ A lista completa com o nome dos homenageados que constam no livro de aço do Panteão da Pátria pode ser acessada no site da Secretaria de Estado da Cultura do Distrito Federal, pelo endereço: <<http://www.cultura.df.gov.br/panteao-da-patria/365-biografia-dos-herois-nacionais.html>>.

⁷ SECRETARIA de Estado da Cultura do Distrito Federal. **Mastro e Pavilhão Nacional**. Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/mastro-e-pavilhao-nacional.html>>. Acesso: 01 dez. 2014.

memória é colocada em jogo, e acaba por participar também de outra complexa operação de poder que envolve lembrar e esquecer (SILVA, 2014). Portanto, pode-se dizer que a sociedade que voltava à democracia havia pouco mais de um ano, apresentava indícios de querer apagar o passado negativo deixado pela ditadura, pois a ideia era de que se “no plano político considera-se que a ditadura deixou de existir, o mastro que a simboliza deve desaparecer também” (Veja, 10/09/86, p.121).

A revista publica algo com este teor por que é uma figura política e, portanto, participa da construção da cultura histórica. Porém, nesta reportagem, parece que há a tentativa de atuar no papel do historiador na sociedade – evidentemente, com aquele já referido senso comum sobre História –, apresentando argumentos críticos em relação às tomadas de decisão na política, e também entendendo a necessidade de se preservar a memória, mesmo que o simbolismo em torno dela seja negativo: “um monumento registra um momento da História e deve por isso ser preservado” (Veja, 10/09/86, p.121).

Considerações finais

Os meios de comunicação se modernizaram, as notícias nos chegam hoje quase de forma imediata, ditando vários acontecimentos como já históricos. A revista *Veja* é um distinto veículo de comunicação de massas e que ocupa lugar de destaque na produção de uma memória pública, é instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social, atuando de maneira privilegiada também na construção de projetos políticos. Por serem investidas de pretensão de verdade, as narrativas publicadas na revista *Veja* são lidas como tal, e então a publicação de narrativas históricas e mesmo a problematização em torno de assuntos históricos assume os contornos que ela deseja dar. Por ser um veículo de comunicação de massa e, portanto, mais acessível que a História produzida na Academia, a revista *Veja* também teve participação na conformação da ressignificação temporal dos seus sujeitos leitores.

A descontinuidade do discurso em torno do símbolo do Sete de Setembro observada de um ano para outro nas publicações de *Veja*, se apresenta como meio bastante propício para uma análise das próprias mudanças políticas dos respectivos períodos. Pode-se dizer, ainda, que as constantes mudanças de regimes políticos acontecidas no Brasil ao longo do século XX e as disputas por diferentes memórias em cada um deles, revelam uma identidade nacional com bases fragilizadas, sobre as quais os meios de comunicação de massa constituem-se de

veículos muito propícios para observação dos projetos de futuro e suas maneiras de buscar legitimidade.

Portanto, ao observar esta descontinuidade em torno dos discursos sobre o Sete de Setembro justifica-se a defesa de uma aproximação entre a Ciência Histórica e a história pública como um passo a auxiliar o objetivo da Didática da História de submeter à reflexão todas as analogias precoces que surgem do uso público da História, bem como indicar à investigação empírica possíveis lacunas de pesquisa (BERGMANN, 1989). A Didática da História deve apontar, assim, meios que revejam a formação histórica dos cidadãos na intenção de impedir que se transmita ou amplie orientações ou motivações e práticas historicamente superadas.

Referências

ACERVO Digital da Revista *Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>.

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, pp.19-28.

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n.19, set.89/fev.90, pp. 29-42.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: ROLLEMBERG, Denise et. al. **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 29-46.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Verbete “legitimidade”. 11 ed. Brasília: UnB, 1998, pp. 675-679.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. História da educação: notas em torno de uma questão de fronteiras. In: _____. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, pp. 257-265.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: _____; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 9-23.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão et tal. 5ª ed. Campinas: Editoria da Unicamp, 2003.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**: o caso da Editora Abril. 1997. 366 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Campinas, 1997.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, n.10, pp. 7-28, dez. 1993.

RÉMOND, René. Do Político. In: _____ (Org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, pp. 441-450.

RAYNAUD, Phillipe. La commémoration: illusion ou artifice? **Le Débat**, n. 78, jan-fev 1994, pp. 99-110.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, n.2, pp. 163-209, março 2009.

_____. **¿Qué es la cultura histórica?:** Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Original em alemão: Füssmann, K., Grütter, H.T., Rüsen, J. (eds.): *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*, 1994, pp.3-26. Traduzido para espanhol por F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf>. Acesso: 15 jan. 2015.

SECRETARIA de Estado de Cultura do Distrito Federal. **Biografia dos Heróis Nacionais**. Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/panteao-da-patria/365-biografia-dos-herois-nacionais.html>>. Acesso: 16 mar. 2014.

_____. **Mastro e Pavilhão Nacional**. Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/mastro-e-pavilhao-nacional.html>>. Acesso: 16 mar. 2015.

_____. **Panteão da Pátria**. Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/panteao-da-patria.html>>. Acesso: 16 mar. 2015.

SILVA, Cristiani Bereta da. A invenção do futuro do Brasil: usos políticos do passado na *Veja* (1968-1978). In: AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). **Um país impresso**: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil (1960-1980). Curitiba: CRV, 2014, pp.21-42.

VILLALTA, Daniela. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 25, 2002, Salvador. **Anais...** São Paulo: 2002. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/300ea43da98da19f6977caba6d17d8cd.pdf>>.
Acesso: 30 nov. 2014.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, pp. 53-63.